







A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA E O USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE PELOTAS

RAQUEL RAMOS SILVEIRA DA MOTA¹; MANOELA SIEWERDT², JONES PINTO³, JANICE DUTRA⁴, CAROLINA FALCÃO⁵, CARLOS KREBS⁶; ADRIANA PORTELLA⁷

¹Universidade Federal de Pelotas – arq.raquelmota @gmail.com ²Universidade Federal de Pelotas – manoela_neves @hotmail.com ³Universidade Federal de Pelotas – jonesvieirapinto @hotmail.com ⁴Universidade Federal de Pelotas – janicedutra @hotmail.com ⁵Universidade Federal de Pelotas – carolcmfalcao @gmail.com ⁶Universidade Federal de Pelotas – carlos.krebs @ufpel.edu.br ⁷Universidade Federal de Pelotas – adrianaportella @yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o tema da percepção de insegurança no espaço público e apresenta um estudo realizado na disciplina 'Análise Dirigida a Percepção Ambiental' do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel. Na sociedade contemporânea a sensação de insegurança faz parte da vida da população de muitos países e atua como uma variável direcionadora do comportamento do usuário. Maia e Feitosa (2012) colocam que o medo e essa sensação insegurança agregados a outras ações como individualismo, impessoalidade e competitividade, tornam o espaço urbano agressivo e segregado. Paralelo a isso, ratifica-se que o desenho urbano que caracteriza muito desses espaços é embasado em modelos de distanciamento social e segregação (CALDEIRA, 2000).

A segregação proporcionada no meio urbano é atenuada pela desigualdade social apresentada no cotidiano, pois a diferença social entre os estilos de vida desencadeiam diferentes percepções para as pessoas que ali vivem. O medo sempre esteve presente nessas relações, porém sua face contemporânea é oposta àquela das cidades do passado. Antes se tinha medo daquilo que estava além dos seus limites geográficos, e tomavam-se medidas de remediações a partir das construções de muralhas. Atualmente, as ressignificações dos muros tomam as mais diversas direções dentro das próprias cidades, dando contornos às mesmas de aprisionamento e vigilância, e o mercado do medo que elas propõem (MAIA E FEITOSA, 2012).

Estendendo esse conceito, Moura (1998) aplica uma decisão que subsidia a transformação deflagrada acima, apontando que a configuração da cidade atual é pensada para uma faixa de interesses, e não para o todo. Isso implica em uma luta de incluídos e excluídos nos espaços e eventos imediatamente vizinhos, levando a algumas decisões que ampliam a segregação dos usos urbanos. A exemplo das áreas voltadas para os segmentos sociais de média e alta renda, que ao mesmo tempo em que se isolam, não deixam de invadir as zonas periféricas já densificadas. O medo está intrínseco ao significado de crime, pois por recear o crime, as pessoas, em paralelo a demais condicionantes que as cercam, procuram satisfazer suas necessidades em moradias constituídas por urbanizações enclausuradas (COSWIG, 2011).

Aprofundando as questões de segregação, Jacobs (1961) explica que os "olhos da rua" desempenhados pelas próprias pessoas que utilizam o espaço urbano são primordiais para a constituição da segurança nas cidades. São as pessoas que exercem o papel de "vigilantes naturais" sobre as acões ali









desenvolvidas. Portanto, se há segregação e medo opulente no espaço urbano, ocorre o distanciamento das pessoas, implicando em uma sensação maior ainda de medo e insegurança. A segregação, nos tempos atuais, é exemplificada pela constituição de locais de moradia aparamentados por muros em todas as suas faces, inclusos no contexto urbanístico, mas apartados como os condomínios fechados, cada vez mais difundidos e incentivados na cidade atual (OLIVEIRA JR., 2008).

Desse modo, ao ponderar a importância da sensação de segurança nos espaços públicos, como forma de estímulo à apropriação e uso desses locais, o objetivo desta pesquisa é identificar quais fatores associados ao problema de insegurança contribuem para que os usuários sintam-se seguros ou não em determinados espaços. As variáveis consideradas nessa investigação são: iluminação, terrenos baldios ou casas abandonadas, ausências de pessoas ou carros na rua, policiamento, aparência do lugar, horário e meio de transporte.

Diante dos resultados, espera-se contribuir para a identificação de possíveis falhas nos espaços públicos, com o intuito de qualificá-los e torná-los mais seguros de acordo com a percepção dos usuários.

2. METODOLOGIA

Para estudo de caso foi selecionada a cidade de Pelotas. Esse município com aproximadamente 340 mil habitantes (IBGE, 2013) está localizado na porção mais setentrional do Brasil, ao sul do estado do Rio Grande do Sul. Como outras cidades de médio porte no interior do país, a sensação de insegurança no espaço público por parte de seus cidadãos é evidente (COSWIG, 2011). Pelotas é caracterizada pela presença de praças e pequenos parques ao longo de sua extensão, sem que haja uma centralidade ou grande parque utilizado pela população. Além disso, não se verifica como hábito local o uso desses espaços com regularidade pela população, seja para práticas esportivas, convívio ou lazer.

Visando atender ao objetivo deste estudo, foram aplicados questionários estruturados a um grupo aleatório de 49 pessoas no período de uma semana em julho de 2014. O questionário foi disponibilizado na internet e as pessoas convidadas a participar, o convite foi feito através da técnica da 'bola de neve': os pesquisadores por meio de redes sociais e lista de e-mails convidaram indivíduos para participar da pesquisa, sendo esses incentivados a convidarem conhecidos para também tomar parte deste estudo. Os dados obtidos através dos questionários foram analisados por meio de estatística não paramétrica, com o auxílio do software SPSS.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dentre os resultados encontrados, destacam-se aqueles que dizem respeito à forma pela qual os respondentes relacionam a sua percepção de segurança com a possibilidade de uso e ocupação espacial.

Foi encontrada uma relação estatisticamente significativa entre as pessoas que consideram o fator POLICIAMENTO como o mais importante a ser considerado para aumentar a sensação de segurança (Sperman, sig=0,000), e as que acreditam que a APARÊNCIA DO LUGAR seja o mais importante para essa sensação (Sperman, sig=0,017). Embora ambos sejam importantes, nas análises de frequência, as respostas apontam uma menor importância à aparência dos locais em relação à presença de policiamento nas ruas. Pode-se inferir que as pessoas dão maior importância para como o poder público quantifica pessoas









para proporcionar segurança e ordem de forma visível, do que a capacidade desse mesmo poder em qualificar urbanisticamente os espaços públicos para aumentar a sensação de segurança. Esse resultado converge com o já dito por Jane Jacobs em 1961, a vigilância é fundamental para gerar o sentimento de segurança: como na cidade de Pelotas as pessoas tendem a não utilizar esses espaços por medo, à vigilância formal caracterizada pelo policiamento é identificada como um fator relevante. Portanto, uma forma de criar maior vigilância poderia ser incentivar o uso do espaço público através de projetos de revitalização que não segregassem classes sociais, mas sim que promovesse um espaço para diferentes usuários simultaneamente. Assim a vigilância seria aumentada sem a criação de tensão social.

Remetendo-se ao Programa Tolerância Zero implementado em Nova Iorque nos Estados Unidos em meados da década de 1990, constatou-se que os crimes na cidade caíram em quase 60% naquele período. O cerne do programa estava na hipótese de que a redução desses seria capaz de aumentar a percepção da ordem. De fato, segundo Morais (2003), demonstrou-se um vínculo entre a sensação de segurança com a forma estrutural do espaço público. Em linhas gerais, a capacidade de concretizar a ordem acabaria por transformar-se na própria ordem.

Outros dois pontos de análise merecem destaque. São os que apontam uma relação estatisticamente significativa entre as pessoas que ANDAM A PÉ e aquelas que se sentem inseguras ou muito inseguras em SHOPPING CENTERS (Chi-Square=12,566, p=0,050); e uma relação absoluta entre as pessoas que, quando querem ir a um espaço público preferem um local MOVIMENTADO OU MUITO MOVIMENTADO e aquelas que se sentem mais seguras em SHOPPING CENTERS (Chi-Square =51,250, df=12, p=0,000). Os resultados indicam que os usuários que preferem andar a pé se sentem inseguros no shopping center devido ao fato que precisam percorrer áreas percebidas como inseguras até chegar à porta do estabelecimento, e ao sair desse e caminhar até a parada do ônibus. Do mesmo modo, as pessoas que preferem lugares movimentados se sentem seguras no shopping, pois é um ambiente com um fluxo significativo de pessoas e que apresenta a vigilância informal (gerada pelas pessoas) e também formal (representada pelos seguranças).

Pode-se dizer que o problema não está no destino em si, mas sim na segurança do percurso. O shopping recém-inaugurado em Pelotas está localizado em uma área ainda pouco densa, e apresenta uma grande área gradeada em torno do seu terreno. Quem não utiliza algum meio motor para chegar até lá, sente-se exposto e vulnerável até ultrapassar as cancelas de acesso, ou mesmo, avançado pela área aberta de estacionamento até chegar ao prédio.

O dado destacado aponta uma preocupação latente para a cidade que conta com um comércio de rua tão tradicional. Se as pessoas passarem a optar pela "caixa de compras" ao invés de circularem por entre as calçadas das lojas da região comercial, a tendência seria o gradual fechamento de lojas, armarinhos e magazines. Indica-se que tomar decisões embasadas na segregação latente de diversos setores, promovem conflitos ainda maiores em um espaço que por si só já se destina ao conflito.

Conforme os resultados apresentados por Morais (2003), as ações ocorridas em Nova lorque para gerar segurança (sem que se fixe nos aspectos policiais) concentraram-se no incremento da qualidade de vida proporcionado pela sistematização do espaço urbano público. Transposto para a realidade local de Pelotas, ao invés da continuidade no incentivo pelo poder público dos espaços segregados, ou da criação de bolsões isolados e demarcados por grades, seriam









as intervenções mais amplas aquelas capazes de produzir os melhores resultados. Assim, investimentos na iluminação, na conservação de prédios e passeios e na presença do poder público em locais mais carentes da cidade proporcionariam um retorno muito mais eficaz, com redução de custos e aumento dos níveis gerais de satisfação dos cidadãos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros** – Crimes, Segregação e Cidadania em São Paulo, São Paulo, EDUSP, 2000.

COSWIG, M. T. Segurança e satisfação dos usuários de habitação de interesse social: Um estudo de caso para o PAR em Pelotas, RS. 2011. 110 f.. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

GEHL, J. Cities for People. Washington, Island Press, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Informações Estatísticas – Cidades, Rio de Janeiro, 21 jul. 2014. Acessado em 21 jul. 2014. Online. Disponível em: http://goo.gl/alc3cn>.

JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities*. New York, Vintage Books, 1961.

MAIA, R. S. e FEITOSA, C. L. A. Indústria do medo e o consumo da segurança – Impactos sobre a vida urbana. In: **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**, Porto, 2012. Anais do VII Congresso Português de Sociologia, Universidade do Porto, 2012, PAP 1182, 13 págs.

MORAIS, D. Espaços públicos: Violência e medo na cidade do Rio de Janeiro. **Observatório Universitário** – Série Estudos de Políticas Públicas, Rio de Janeiro, nº 13, 43 págs., 2003.

MOURA, R. A cidade vigiada. **Arquitextos,** São Paulo, v. 053.02, 2004. Acessado em 16 jul. 2014. Disponível em: http://goo.gl/dSDgLF>.

NEWMAN, O. *Creating Defensible Space*. Washington, *U.S. Departament of Housing and Urban Development – Office of Policy Development and Research*, BiblioGov, 1996.

OLIVEIRA JR., H. R. Reflexões sobre o estudo da proliferação de condomínios fechados: Críticas e sugestões. **Caderno Metrópole**, São Paulo, nº 20, p. 221–239, 2008.